



*GRUPO PARLAMENTAR*

*ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES*

*VII Legislatura*

---

Declaração Política

José Decq Mota

2004/09/07

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Membros do Governo

O Grupo Parlamentar do PCP fez o que estava ao seu alcance para dar à figura regimental da Declaração Política um uso frequente e rigoroso.

De facto ao longo da Legislatura fomos tratando reunião após reunião, ao abrigo desta figura regimental, dos mais diversos problemas da competência dos órgãos regionais ou do interesse da Região que era em cada momento, importante aprofundar ou introduzir no debate político regional.

Verificámos mesmo, com satisfação, que outros Grupos Parlamentares foram assumindo progressivamente o recurso a esta figura regimental, especialmente apropriada ao tratamento de problemas políticos com definição de posição.

Por tudo isto vem o Grupo Parlamentar do PCP, na última sessão desta Legislatura, fazer uma breve Declaração Política sobre a Legislatura que finda e sobre três temas da actualidade regional.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Membros do Governo

Como todos sabemos, a presente Legislatura, ao contrário da anterior, caracterizou-se pela existência de uma maioria absoluta e esse facto esteve demasiadamente patente no tratamento de algumas questões centrais, quer por acção, quer por omissão.

Essa questão foi especialmente sentida, na nossa óptica, na 2ª metade da Legislatura, a partir da revisão, em baixa, do PMP promovida pelo Governo e apoiada pelo Grupo Parlamentar do PS.

É também necessário dizer-se que nessa mesma 2ª metade da Legislatura foi notória a acção concertada no Parlamento Regional da minoria de direita em favor incondicional da política da maioria de direita constituída na Assembleia da República, mesmo quando estiveram em causa interesses açorianos de primeira importância.

O Grupo Parlamentar do PCP, por seu turno, tentou ao longo da Legislatura contribuir para que o Parlamento Regional pudesse cumprir, de forma extensiva, as suas competências em todas as áreas constitucional e estatutariamente previstas.

Por isso optámos, não obstante a pequena dimensão do Grupo Parlamentar, por recorrer a figuras regimentais sem uso habitual, mas adequadas à promoção do debate político aprofundado, ao exercício da actividade fiscalizadora e à criação de condições para o exercício de iniciativa.

Foi assim que promovemos uma interpelação sobre política agrícola, precedida de vastas consultas ao associativismo do sector; que promovemos debates políticos de urgência sobre temas europeus e sobre o audiovisual; que promovemos sessões de perguntas, sendo que uma foi no exercício do poder legalmente atribuído de transformar perguntas escritas não respondidas em perguntas orais em Plenário.

Demos o nosso contributo ao debate e também pudemos ver algumas Resoluções sobre Política Comum de Pescas, Ultraperiferia, Política Europeia e reconstrução aprovadas, bem como Decretos Legislativos Regionais igualmente sobre reconstrução, e também náutica de recreio e património baleeiro.

O facto de haver uma maioria absoluta não serviu de alibi para qualquer inacção da nossa parte e a nossa actividade construtiva foi o principal contributo que podíamos dar.

O aprofundamento, por nossa iniciativa, de forma aberta, de alguns debates levou, inevitavelmente, à criação de condições para que certas questões, com destaque para problemas europeus (pesca e ultraperiferia) pudessem ter posições formalizadas de forma consensual neste Parlamento. Decerto que todos compreendem que sintamos legítimo orgulho nesse trabalho.

Uma outra característica importante desta Legislatura diz respeito ao número de Petições entradas e à forma como o Parlamento Regional as tratou.

O número de Petições entradas revela por si só haver hoje uma percepção mais profunda sobre o papel e a importância do Parlamento, o que é muito positivo.

A forma como, quer em Comissão, quer em Plenário, as Petições foram desenvolvidas revela por seu lado que todos os Grupos Parlamentares quiseram e souberam valorizar essa forma de participação das populações na defesa de interesses concretos e na promoção do debate de problemas.

Muitas dessas Petições deram lugar a Propostas de Resolução oriundas de vários Grupos ou de Deputados de todos os Grupos e todas deram lugar a Relatórios fundamentados contendo recomendações, a maior parte das vezes, muito objectivas.

Deixo aqui um voto no sentido de, no futuro, esse sentido de participação continuar a ter a expressão importante que teve nesta Legislatura, como deixo também o voto de no futuro, a tramitação das petições continuar a ser feita com o rigor posto nas audições, estudo dos problemas e compilação de informação que marcaram o respectivo trabalho de análise e definição de conclusões.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Membros do Governo

Aprovou recentemente esta Assembleia um importante Decreto Legislativo Regional proposto pelo Governo relativo à reconstrução, como aprovou uma Resolução oriunda da Comissão de Política Geral na sequência de sugestão apresentada por nós, relativa a outros aspectos do mesmo tema.

Declarações muito recentes do Senhor Presidente do Governo, referindo-se às empreitadas públicas em curso, relançaram novamente a ideia de que,

estando a reconstrução a acabar, ficariam de fora os muitos casos que são abrangidos pelo referido Decreto Legislativo Regional e os muitos casos do 1º, 2º e 3º escalões que estão no âmbito da Resolução aprovada em Junho de 2004 e do ponto não cumprido da Resolução de 2002.

É importante que, neste fim de Legislatura, seja claramente afirmado pelo Governo que todos os casos não resolvidos o vão ser, recorrendo-se, nos tempos próprios aos instrumentos legais existentes e dando cumprimento a todas as recomendações aprovadas nesta Assembleia.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Membros do Governo

Muito se tem falado ultimamente em denúncias anónimas junto de instâncias europeias sobre algumas situações resultantes, quer de actos da administração, quer da aprovação por esta Assembleia Legislativa Regional de alguma legislação.

Queria em nome do Grupo Parlamentar do PCP, deixar absolutamente claro que esta situação de denúncia sistemática, perante a União Europeia, de actos regionais internos é para nós incompreensível, especialmente quando alguns desses problemas não são, mesmo que anonimamente, levantados na vida política regional interna.

Sendo certo que algumas destas situações podem corresponder a problemas reais, não é menos certo, e essa é que é a questão central, é que essa prática é um contributo muito condenável para uma estranha e rotineira aplicação de regulamentos comunitários que estão a tantas milhas das nossas especificidades quantas nós próprios estamos do território da União Europeia.

Seria muito bom que os anónimos denunciadores sistemáticos tivessem a ombridade de se darem a conhecer pois isso serviria para que se pudesse ajuizar das suas intenções.

Certamente que o conhecimento dessa identidade seria clarificador.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Membros do Governo

O fim da Legislatura implica a próxima realização de eleições. A esse propósito queria hoje e aqui, e em nome da imperiosa necessidade que há em salvaguardar uma natureza democrática profunda e total da próxima Assembleia Legislativa Regional, apelar a todas as forças agora representadas e a todas as forças concorrentes que assegurem, pelo seu próprio comportamento, que nenhum Órgão de Comunicação Social, possa realizar programas que firam o princípio da igualdade de tratamento e oportunidades das forças concorrentes.

Disse.

Muito Obrigado